

O UNICEF, a educação infantil e as famílias pobres no Brasil

UNICEF, child education and poor families in Brazil

Flavia Cristina Silveira Lemos; Joyce Danielle Lima Fonseca; Nathália Frazão Costa Dourado

Universidade Federal do Pará

RESUMO:

O artigo coloca em debate as práticas do UNICEF a respeito da educação infantil, no Brasil, interrogando como estas recomendam uma política compensatória, realizada pela própria comunidade, pelos jovens e pelas famílias que moram em bairros não centrais das cidades, com objetivos de coesão e assistência social. Geralmente, o UNICEF prescreve que sejam usados espaços vazios, como galpões de igrejas e de associações comunitárias, com mão de obra voluntária, pertencente ao local de funcionamento, recebendo algum subsídio privado por meio de fundações e institutos do terceiro setor. A noção de família carente, de privação cultural e afetiva, de carência alimentar e nutricional, de ausência de lazer e espaços de brincadeira, nesses bairros, bem como a baixa escolaridade dos pais e responsáveis são os motivos elencados pelo UNICEF para justificar uma política de educação infantil compensatória, no Brasil, ainda na atualidade.

Palavras-chave: educação infantil; UNICEF; famílias pobres; políticas compensatórias; documentos.

ABSTRACT:

The article discussion the practices of UNICEF about child education in Brazil, such as interrogating recommend a compensatory policy held by the community, for Young people and families who live in them, not in neighborhoods with central and social cohesion. Generally, UNICEF provides that voids are used as sheds churches and community organizations with volunteer labor, belonging to the operation, receiving some subsidy through private foundations and institutes of the third sector. The notion of a needy family, cultural and emotional deprivation, lack of food and nutrition, lack of recreational spaces and a joke in these neighborhoods, and poor education of parents and caregivers are the reasons listed by the UNICEF to justify a policy of educations child allowance, in Brazil, still today.

Key-words: early childhood education; UNICEF; poor families; compensatory policies; documents.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar as práticas do UNICEF referentes à infância, como um grupo a ser cuidado e protegido de uma determinada maneira e por meio de certas regras discursivas semelhantes a manuais prescritivos de conduta, apesar de pensarmos que as regras do discurso são criadas por nós e podem nos oferecer maneiras de experimentação da vida variadas.

Entendemos também que naturalizar as regras e esquecer que as inventamos pode ser uma prisão, na medida em que isso cristaliza práticas e produz encomendas de reprodução de modelos e de normas sem questionamentos e sem historicizar o que se passa em nossa relação a favor do tempo e contra o tempo.

Nesse sentido, a infância como uma fase específica da vida é um objeto histórico e resulta de uma multiplicidade de práticas sociais datadas e formuladas através de saberes e de poderes em jogos de verdade e rituais políticos de governo da vida e disciplina dos corpos, em que estar na infância e ser criança se tornam uma colagem não problematizada por muitos que educam e cuidam de crianças (ARIÈS, 1978; CASTEL, 1987).

O cuidado da infância pode ser definido como uma prática muito sublime e nobre e, ao mesmo tempo, se configura na atenção mais tutelar e controladora em nome da proteção de seres compreendidos como frágeis e dependentes. A preocupação em educar para o futuro da nação, para forjar sujeitos adultos fortes, produtivos, disciplinados, dóceis e higienizados em todos os sentidos parece ter-se tornado uma missão eleita como salvadora de almas, as quais poderão ser perdidas e se tornarem perigosas, caso não recebam o cultivo como plantas a serem regadas e podadas, a cada instante.

Contudo, não estamos dizendo que a criança não tem o direito de ser cuidada e educada: a questão que colocamos é de como e por quem, de que modo e por meio de

quais saberes, se estes são historicizados ou naturalizados, se os espaços em que as crianças estão e os responsáveis por elas infantilizam seus corpos e só pensam no zelo pelo porvir e não pelo agora de um sujeito de direitos do/no presente.

Assim, pretende-se questionar um cuidado e educação tutelar em defesa de uma abertura de outras possibilidades que afirmem uma experimentação de viver e ser criança, e de zelar por ela e por seu crescimento, com garantia de direitos e políticas públicas estatais que se viabilizem de maneira crítica, histórica, considerando a pluralidade de formas de vida das crianças e de suas famílias.

A relevância de uma discussão como esta implica o fato de ela permitir interrogar as práticas discursivas que desqualificam as maneiras de viver de crianças pobres e de suas famílias. Esse processo de desqualificação ocorre por intermédio da noção de privação cultural, afetiva, intelectual e financeira, em que trabalhadores sociais, balizados por saberes de algumas teorias racistas, desvalorizam famílias e crianças pobres cotidianamente e oferecem a elas o que podemos denominar política compensatória, pautada no assistencialismo, na moralização, na medicalização, no psicologismo e na higienização física e mental.

Autores como Patto (2005), Rosemberg (1994; 2003) e Kramer (2003) estudaram, no Brasil, como a educação infantil tem sido ofertada como política de favor, assistencialista, de compensação das supostas privações das famílias e crianças pobres, de forma improvisada, porque muitas vezes voluntária e organizada pela própria comunidade onde esses grupos sociais residem, além de, em geral, terem apoio ou funcionarem em galpões de igrejas e associações comunitárias.

Ammann (2003) estudou a entrada dos organismos internacionais no Brasil e assinalou como a comunidade foi instrumentalizada pelos mesmos, para cumprir um objetivo de integração social e de fomento ao desenvolvimento do país, com práticas assistencialistas, focadas na noção da família como base de tudo, em um funcionalismo

balizador das recomendações dos órgãos multilaterais.

Mas está claro que é fundamental a existência de redes sociais para apoiar as famílias a cuidar de suas crianças. Essas redes, apoiadas por governos, organizações da sociedade civil e principalmente das comunidades, devem ser capazes de engajar as famílias em processos de aprendizado e aquisição de habilidades para cuidar das crianças em casa [...]. (UNICEF, 2001: 11).

A questão se torna mais problemática ainda quando organizações como o UNICEF, que poderiam criticar essa situação e pressionar o Brasil para, de fato, assumir a educação infantil como política pública estatal de maneira séria, não o fazem e, pelo contrário, apoiam práticas tutelares, filantrópicas e caritativas, no campo do cuidado e da educação infantil.

Podemos perguntar: por que o UNICEF não exerce uma contraforça em face dessa situação? Por que não recomenda e defende uma educação infantil com currículo aberto, com docentes qualificados, com financiamento público e condizente com a importância de um projeto de direito à educação, que não seja assistencialista, nem voluntarista, nem compensatório, que respeite os direitos das crianças e de suas famílias, que valorize as experiências de vidas dessa população e possa, assim, funcionar como dispositivo de cuidado e de escolarização como prática de produção de liberdade e de singularização?

É nesse campo de questões e problemáticas que nos colocamos e nos posicionamos, em uma pesquisa com os documentos do UNICEF, com vistas a explicitar o que as Nações Unidas vêm prescrevendo ao Brasil, em nome do que chama missão mundial de salvação da infância e o que legitima no cotidiano de suas intervenções articuladas com diversas entidades públicas e privadas, no país.

Todavia, não queremos desconsiderar que certas ações do UNICEF podem concretizar em alguns aspectos um projeto de preocupação com a criança e com sua família pobre, mas nos propomos pensar o que essa agência considera como cuidado e

proteção para crianças e famílias brasileiras pobres, através da educação infantil.

Escrever a história do processo de cuidado, proteção e educação dessa agência multilateral, neste texto, significa efetuar um recorte de pesquisas em andamento a respeito das políticas do UNICEF, de modo geral, de sorte que priorizar as análises das práticas de fomento a certa política de educação infantil é o objetivo deste artigo.

O UNICEF e as crianças e adolescentes brasileiros

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) foi fundado em 11 de dezembro de 1946, na Assembleia Geral das Nações Unidas. Está presente, no Brasil, desde 1950, com a criação do primeiro escritório, em João Pessoa/PB. Trata-se do período após a II Guerra Mundial.

As ações do UNICEF foram sendo ampliadas de uma prática relacionada às crianças órfãs, durante a II Guerra Mundial, passando a realizar uma atenção basicamente voltada para a saúde maternoinfantil. Aos poucos, o UNICEF intensificou suas práticas para crianças e adolescentes pobres e, especialmente, com foco nos países que classificou como em desenvolvimento, ao longo da segunda metade do século XX (ROSEMBERG, 2003).

Outra característica importante do UNICEF é sua extensa produção documental acerca da infância em nível mundial, nacional, regional e local. A formulação e a produção de indicadores por essa agência é resultado de uma grande rede de articulações com universidades, ONGs, fundações, institutos, organizações governamentais, igrejas, pastorais e comunidades.

No Brasil, a atuação do UNICEF é marcante, produzindo muitas intervenções na vida das famílias, crianças e adolescentes pobres, ligadas a diferentes temas, violações de direitos, saberes, políticas intersetoriais, de modo a fomentar a criação de leis, de pesquisas, de relatórios, congressos e livros.

Esse organismo teve participação no fomento e mediação para a elaboração do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), lutando pela implementação das medidas previstas no ECA e pela criação de sistemas de controle social a respeito desse processo, incitando o Estado brasileiro a cumprir o Estatuto e a priorizar crianças e adolescentes, no orçamento público.

Ao construir os relatórios sobre a situação da infância, o UNICEF aponta um quadro de indicadores que objetivam forjar incidência política e pressão, a fim de que o Estado brasileiro e organizações não governamentais tenham elementos de formulação de políticas para a infância, para os adolescentes e seus familiares.

O UNICEF utiliza esses indicadores para recortar um segmento da população que ele nomeia como crianças e adolescentes vulneráveis e em risco, advindas de famílias desfavorecidas economicamente. Portanto, atrela pobreza ao risco e vulnerabilidade, em uma política de segurança.

No sentido de que a infância classificada como em risco e em perigo seja protegida, possa se desenvolver, crescer de maneira supostamente saudável, o UNICEF elabora relatórios nacionais e regionais, com indicadores minuciosos, divididos por Estado, regiões, zona rural e urbana, municípios; também mensura e estratifica os índices por políticas de saúde, de educação, de assistência social, de transporte, de saneamento básico, de acessibilidade, de violência sofrida e cometida, de acesso ao lazer e ao esporte, de condições de habitação, de acesso à cultura, modos de organização familiar, entre outros, que objetivam mobilizar a sociedade e o Estado, pressionando governantes e entidades a intervir por meio de um conjunto de receitas programáticas, a fim de sanar as violações de direitos e ausências de políticas públicas.

Tais relatórios são difundidos e distribuídos em diversos equipamentos e organizações, com vistas a fomentar uma incidência política e com o objetivo de promover a visibilidade da situação da infância brasileira.

Entre os modos de objetivar a infância, podemos citar o foco que o UNICEF forja, através dos discursos referentes à educação infantil. A proposta dessa agência multilateral para as crianças de zero a seis anos é um recorte no chamado ciclo de vida de desenvolvimento desse segmento, em todos os aspectos implicados no cuidado, assistência, educação e proteção da infância pobre e pertencente às famílias consideradas de risco e em risco biopsicossocial, pelos assessores do UNICEF e para os trabalhadores sociais, os quais capilarizam as propostas do organismo, ligado ao Sistema Nações Unidas.

Desde a entrada desse órgão no Brasil, uma das prioridades foi fomentar articulações que viabilizassem a participação da comunidade na atenção às crianças e adolescentes, juntamente com as pastorais católicas, segmentos religiosos espíritas e evangélicos, associações de bairro, fundações e filantropos, de maneira a constituir uma assistência compensatória às famílias e crianças pobres.

Para tanto, organiza um consórcio medicalizante, moralizante e tutelar, com caráter assistencial e caritativo, funcionando em conluio com o Estado liberal brasileiro. As receitas recheadas de procedimentos higienistas e prescritivos eram e são endereçadas às famílias empobrecidas, sobretudo às mulheres e aos seus filhos, mediadas pela comunidade organizada, por fundações religiosas e empresariais e por ONGs.

Machado (1997: 75) ressalta como determinadas práticas produziram o lugar de carente, para as crianças desfavorecidas, e de incompetente, para suas famílias:

Começou a se formular a teoria da carência cultural, na segunda metade do século XX, mais especificamente na década de 1960, no EUA. Para esta teoria, “a pobreza nas classes populares”, “os problemas emocionais”, “a família desestruturada”, “a falta de interesse dos pais pela escolarização dos filhos”, “os alunos desinteressados”, “desnutridos”, “pouco estimulados” e com “linguagem pobre” eram as justificativas predominantes para o fracasso escolar. A afirmação de Machado (1997) nos auxilia a pensar que as práticas do UNICEF

referendam a teoria da “privação cultural”, pois, para esse organismo internacional, o desenvolvimento “saudável” das crianças depende das informações e estímulos que os pais oferecem aos filhos. A falta ou suposta carência de informações dos pais das classes populares sobre estimulação precoce e promoção do desenvolvimento chamado biopsicossocial da criança seria a principal causa de situações de violação dos direitos das crianças, para o UNICEF.

O UNICEF demanda que as mães e lideranças comunitárias proponham a criação de escolas de educação infantil, como as creches mantidas pelas mesmas, as quais funcionam em espaços precários e improvisados. Os discursos do UNICEF apontam para uma tendência de desqualificação das famílias pobres, apresentadas como necessitadas de uma intervenção técnica para cuidarem de seus filhos, materializada em políticas chamadas de corretivas das equidades culturais, de gênero, de raça/etnia, de escolaridade e de faixa etária.

Logo, percebe-se que discursos passaram a julgar a questão educacional, da pobreza, da organização dos arranjos familiares, do local e das condições de moradia como requisitos para a qualificação das famílias de comunidades específicas, como incompetentes e negligentes. Morar em bairros considerados periferia das cidades, sem rede de esgoto ou fora da zona urbana, em regiões ribeirinhas e territórios quilombolas tornou-se fator de risco a ser avaliado pelo UNICEF.

Os discursos do UNICEF estão empenhados em objetivar a infância por meio de dados e informações que possibilitem o governo de sua vida e de seus corpos. Tal instituição procura legitimar suas práticas, buscando amparo em produções científicas que ofereçam respaldo e sustentação para suas recomendações aos países como o Brasil.

O UNICEF, enquanto agência de proteção e garantia de direitos das crianças, foca apenas a infância das crianças desfavorecidas. Além disso, tal prática discursiva apela para a sensibilização da sociedade frente ao cuidado da infância, de modo a tornar

tal concepção humanitária e salvacionista.

Vale lembrar que este trabalho não tem o interesse de afirmar se tais discursos são verdadeiros ou falsos, mas estudar a produção discursiva como algo forjado, que obedece a regularidades, dispõe de procedimentos e estratégias. Para Foucault (2004: 37), “[...] ninguém, entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”, levando-nos a entender que tal vontade de verdade tende a exercer sobre os outros discursos uma pressão capaz de possibilitar que tais coerções do discurso promovam uma rarefação e exclusão dos que não são considerados válidos.

Candiotto (2010) afirma que, em toda a produção de verdade, há relações de desprezo, temor e ódio diante da ameaça dos objetos a serem forjados. Não seria essa a posição do UNICEF, ao produzir discursos sobre a infância, primeiro após a Segunda Guerra Mundial, com relação às crianças órfãs, e, depois, quanto às pobres de países em desenvolvimento, enquanto objeto a ser conhecido sob sua condição de ameaça para posteriormente ser governado, normalizado e controlado, para que, em vez de delinquentes, tais corpos venham a se tornar dóceis e úteis ao mercado?

O UNICEF tomou para si a responsabilidade de se tornar porta-voz de assuntos de relevância social, ao amparar suas produções documentais em saberes do direito, da medicina, da psicologia do desenvolvimento infantil, da demografia e da estatística. Ganhou legitimidade política e científica para emitir pareceres e relatórios que se tornaram decisivos na elaboração e implantação de políticas públicas.

Foucault pontuou, em seus estudos, a relação corporal e as tecnologias de governo dos corpos e sua evolução ao longo da história da civilização e, assim, faz o seguinte questionamento: “Qual o tipo de investimento corporal que é necessário e suficiente ao funcionamento de uma sociedade capitalista como a nossa?” (FOUCAULT, 1979: 147).

Essa perspectiva implica interrogar historicamente a positividade das relações de poder e questionar as incitações políticas realizadas em nome da segurança, que saberes entram em jogo, nesse campo de poder, e quais efeitos produzem nos corpos de crianças e adolescentes e de suas famílias, no Brasil.

Análises de algumas práticas sociais do UNICEF no campo da educação infantil

Neste tópico, apresentamos fragmentos de documentos do UNICEF e ensaiamos algumas discussões a seu respeito, colocando em xeque certas afirmações e seus efeitos de verdade, no âmbito das políticas de educação infantil.

Segundo uma estimativa, mais de 200 milhões de crianças menores de 05 anos de idade nos países em desenvolvimento não conseguem alcançar seu potencial em desenvolvimento cognitivo. (UNICEF, 2012: 28).

Que potencial, em nível cognitivo, é esse que tais crianças não alcançaram? No livro *Cidadania e competitividade* - Desafios educacionais do terceiro milênio, a autora enfatiza a importância da aprendizagem dos códigos da modernidade que são a capacidade de ler, escrever, contar, expressar-se e resolver problemas, e que o domínio de tais códigos seria decisivo para a melhoria de vida, desenvolvimento produtivo com equidade e exercício da cidadania (MELLO, 1998: 40). Completa ainda a respeito da necessidade de se resgatar para a escola a função do ensino, pois, no momento em que o ensino se dilui em programas e ações assistenciais e ideológicas que atribuem à escola a possibilidade de redimir a pobreza, ela se desviou da sua função.

Tem importância primordial o acesso à educação para crianças pobres e marginalizadas, o que inclui o provimento de escolarização de qualidade em núcleos urbanos informais. (UNICEF, 2012: 56).

Para Mello (1998), uma educação de qualidade, valendo-se do potencial de um povo para produzir valor intelectual, será a matéria-prima de que necessitamos para sermos competitivos, na ordem econômica mundial. Seria por isso que o desenvolvimento cognitivo e do potencial das crianças pobres é tão importante, devendo

se sobrepor apenas ao caráter assistencial até então previsto, para visar a índices de qualidade de educação?

Programas para a primeira infância contribuem para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional da criança, e promovem boas condições de saúde, nutrição e higiene. Além disso, podem liberar de seus papéis tradicionais as mães e outras mulheres encarregadas de cuidar das crianças, permitindo que participem da esfera pública. (UNICEF, 2012: 29).

Já com relação a programas para a primeira infância, liberando suas mães para o mercado, é algo que também foi destacado no livro *Políticas para a Primeira Infância* – notas sobre experiências internacionais, da UNESCO. Em um capítulo que trata das transformações sociais e da demanda de cuidados e educação para a primeira infância, salienta como os efeitos da urbanização e a participação cada vez maior das mulheres no trabalho assalariado têm pressionado a exigência de políticas para a primeira infância, enfatizando inclusive que tais políticas viabilizam suporte para as famílias trabalhadoras e melhorias nos resultados educacionais das crianças, de sorte que tais políticas “[...] desempenham papel fundamental no aumento da capacidade dos países de competir na economia global” (UNESCO, 2005: 54).

A qualidade das opções de escolarização disponíveis em áreas urbanas pobres é outra questão a ser considerada. Embora normalmente sejam concentrados em acesso, matrículas e retenção, os dados estão vinculados à qualidade e aos benefícios que podem ser gerados pela educação disponível. Superlotação e falta de instalações adequadas, tais como sanitários, são alguns dos fatores que comprometem a qualidade da educação. (UNICEF, 2012: 30).

Porém, em contrapartida, a qualidade da educação é referida no relatório, ressaltando-se apenas a superlotação e a falta de instalações adequadas, tais como sanitários. Na verdade, será que isso é o que temos de mais relevante como indicadores que interferem na qualidade da educação? E a formação e a remuneração dos educadores, como algo tão latente, poderiam ter sido desconsideradas? Acaso a proletarização dos educadores não é algo comum a vários países chamados em

desenvolvimento?

No caso da educação, o UNICEF sublinha a importância primordial de seu acesso por crianças pobres. Por que a educação infantil é recomendada de modo especial para as crianças das camadas populares, complementando esse questionamento com tal raciocínio?

Os enunciados abaixo, sobre *Família/capital social*, no Brasil, conferem destaque à família como segmento social muitíssimo visado pelas ações do UNICEF, inclusive ressaltando o *Kit Família Brasileira Fortalecida*. Foucault (1979) comenta sobre a emergência da família como agente disciplinar sob os corpos infantis e localiza a emergência da família como base da sociedade e a criança como elemento central. Assim, tais comentários nos dão suporte para a leitura mais detalhada dos seguintes enunciados:

Embora seja inalcançável para muitas crianças, a proteção ideal é uma família unida, caracterizada por vínculos fortes entre as crianças e seus genitores, e formas de disciplina não violentas. Tais ambientes ajudam a isolar a criança de uma realidade urbana violenta e contribuem para que se recupere de desgastes psicológicos caso tenha sido vítima de violência. (UNICEF, 2012: 45).

O capital social é um fator nuclear para o desenvolvimento das crianças e dos jovens. Confiança, reciprocidade e um sentimento de pertencimento dentro da família, da escola, em grupos de colegas e na comunidade mais ampla têm efeitos de grande alcance sobre as oportunidades, as escolhas e os resultados na vida das crianças. (UNICEF, 2012: 62).

Fica evidente o papel atribuído à família, no discurso do UNICEF, papel do qual decorre a importância de pais das classes desfavorecidas receberem apoio de especialistas e de manuais que ajudem a cuidar da infância; o que se nota é que se tenta efetivar, por meio das famílias, uma prática de gerenciamento de riscos a partir do desenvolvimento de competências na família.

Assim como a toxicidade física ameaça a sobrevivência e o bem-estar das

pessoas, um ambiente social tóxico – por exemplo, um ambiente em que violência, privações e abusos são fatos comuns – pode prejudicar o desenvolvimento de crianças e adolescentes. (UNICEF, 2012: 62).

Quando crescem em meio à desordem social, tendem a internalizar comportamentos problemáticos, inclusive agressividade e abuso de drogas. (UNICEF, 2012: 62).

Vale enfatizar que, ao enunciar que uma família unida pode isolar a criança de uma realidade urbana violenta e que um ambiente familiar livre de toxidade social seria uma solução para amenizar os efeitos da pobreza, estaríamos minimizando o efeito da violência a que tais famílias como um todo estão submetidas, desde o momento em que não só as crianças, mas também suas famílias sofrem as consequências de tal situação de pobreza e desigualdade.

Nos enunciados *promoção de direitos/atores sociais*, há a declaração de que basta objetivar a infância, é necessário que algo seja feito por ela.

Atores internacionais, nacionais, municipais e da comunidade devem somar recursos e energia em apoio aos direitos de crianças pobres e mais desfavorecidas que crescem em ambientes urbanos. (UNICEF, 2012: 09).

É evidente que os direitos da criança somente poderão ser atendidos e protegidos se governos, doadores e organizações internacionais derem atenção ao que está por trás das amplas médias estatísticas de desenvolvimento e cuidarem da pobreza e da desigualdade urbanas que caracterizam a vida de tantas crianças. (UNICEF, 2012: 09).

Como é possível pensar se a promoção de direitos está diretamente relacionada com os atores sociais que devem lutar para promovê-los, vemos que uma gama muito variada é convidada a somar recursos e energias para promover tais direitos: até mesmo crianças e adolescentes são incluídos nos discursos.

Crianças e adolescentes devem ser estimulados a se envolver em projetos que tragam melhorias para suas cidades. Sua participação possibilita uma oportunidade poderosa para externar suas opiniões e envolver-se na compreensão do desenvolvimento urbano e do respeito ao meio ambiente em

que vivem. (UNICEF, 2012: 74).

Sob quaisquer circunstâncias, mas principalmente nestes tempos difíceis, atores em todos os níveis – do local até o global, da sociedade civil, assim como dos setores público e privado – precisam reunir seus recursos e suas energias para criar ambientes urbanos propícios aos direitos da criança. (UNICEF, 2012: 74).

Outro fator interessante é que todos são chamados a “cuidarem da pobreza e da desigualdade urbanas”, sendo que o termo *cuidar* soa não muito justo, pois cremos que cuidar da pobreza, sem questioná-la e criticar suas origens, tomando-a numa ótica fatalista, acaba por orientar condutas para manter as coisas nos mesmos lugares nos quais estão, sem maiores mudanças e pretensões. O enunciado que propõe que o objetivo maior é lutar por “cidades e sociedades mais justas e mais favoráveis ao desenvolvimento de todos – a começar pela criança” acaba sendo um enunciado não tão eficiente, se levarmos em conta o contexto da prática discursiva em que foi gerado.

A equidade deve ser o princípio orientador dos esforços por todas as crianças que vivem em áreas urbanas. Crianças de favelas – nascidas e criadas sob algumas das mais desafiadoras condições de pobreza e desvantagem – exigirão atenção especial, que não deve ocorrer à custa de crianças de outros lugares. O foco deve permanecer sobre o objetivo maior: cidades e sociedades mais justas e mais favoráveis ao desenvolvimento de todos – a começar pela criança. (UNICEF, 2012: 75).

Em um tópico nomeado *Compreender a pobreza urbana e a exclusão*, vemos a preocupação do UNICEF de que tais crianças pobres sejam cada vez mais mapeadas em suas necessidades por fontes de dados confiáveis, a fim de que sejam efetivamente controladas enquanto corpos os quais interessam ao poder, passíveis de serem postos sob a tríade saber-poder-corpo e geridos por meio de uma governamentalidade e do biopoder. Vejamos abaixo o bloco de enunciados:

Para que as crianças com as maiores necessidades sejam alcançadas, são essenciais dados e análises confiáveis que destaquem o espectro das realidades urbanas. (UNICEF, 2012: 68).

Para que se obtenha uma percepção mais aprofundada da realidade da vida urbana para as crianças, será vital ampliar a coleta de dados urbanos confiáveis e detalhados em pesquisas internacionais e processos estatísticos nacionais. (UNICEF, 2012: 68).

Tais enunciados revelam uma concepção de gestão da vida apresentada pelo UNICEF; para a autora, tal preocupação em monitorar da melhor maneira possível demonstra que o objetivo é levantar informações para melhor controlar as tentativas de resistência e gerir a vida de forma detalhada.

No entanto, há mais a ser feito para compreender de que forma a pobreza evolui e afeta crianças em ambientes urbanos – e por que persiste de geração em geração. Para tanto, será necessário não só um trabalho estatístico consistente, mas também pesquisas e avaliações relevantes das intervenções destinadas a solucionar esses problemas. (UNICEF, 2012: 68).

Deve ser dada máxima prioridade à garantia de que todas as crianças sejam registradas e tenham documento: apesar de esforços intensos para promovê-la, a equidade talvez não seja alcançada por aquelas que não possuem documentos oficiais. Nas áreas urbanas, chega a cerca de um terço a proporção de crianças que não são registradas ao nascer. (UNICEF, 2012: 71).

A análise dos blocos enunciativos selecionados no documento *Relatório Mundial da Infância 2012* desnaturaliza tal construção do objeto infância, colocando em evidência que “[n]ão é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder” (FOUCAULT, 1979: 142), de tal maneira que a prática discursiva do UNICEF, em sua tentativa de produzir um regime de verdade em torno da infância, obedece a um conjunto de procedimentos regulados para a produção, circulação e funcionamento dos enunciados.

Com efeito, esses procedimentos são a tentativa de tornar tal produção embasada em dados científicos, vinculados a processos de separação de categorias de enunciados que auxiliam na construção da infância como sujeitos de direitos, capital humano que

não pode ser desperdiçado, um projeto salvacionista e redentor no qual todos devem estar engajados.

Para a circulação de tais enunciados, eles são produzidos com auxílio de técnicos e pesquisadores e baseados em dados estatísticos que viabilizem que esses discursos sejam incorporados pelo governo, sociedade civil, ONGs e escolas, através da divulgação desses documentos na internet e em treinamentos de educadores, participação em convenções, entre outros. O funcionamento dos enunciados está diretamente relacionado aos efeitos de poder que tal saber engendra, na formulação de políticas públicas para a infância e suas famílias.

Os espaços de educação infantil devem oferecer oportunidades pedagógicas, onde a criança sinta-se segura, protegida e estimulada a fazer novas descobertas e a se socializar. Os espaços de educação infantil, principalmente nos três primeiros anos de vida não precisam necessariamente ser as creches. Há outras alternativas simples, como brinquedotecas, clubes de mães, centros de lazer, que podem ser desenvolvidas pelas comunidades com apoio das prefeituras municipais. (UNICEF, 2001: 37).

Algo importante a destacar é que o nome dado ao relatório é algo que também precisa ser desnaturalizado, tendo em vista a crítica do enunciado: até que ponto *Situação Mundial da Infância 2012 - Crianças em um mundo urbano* é um documento que discorre sobre a situação mundial da infância, se focaliza apenas as crianças pobres? Por que focaliza o mundo urbano, se 50% da população infantil ainda se encontram nas zonas rurais?

O que serve de referência para situar uma infância urbana como mais carente de promoção e proteção de seus direitos, no ano de 2012? Será que não seria sua posição de maior “ameaça” social, a qual necessita ser gerida para o bem-estar de todos? Até que ponto tal teorização sobre a situação mundial da infância pode ser tida como universal?

Considerações finais

O texto e as análises realizadas permitiram pensar algumas propostas do UNICEF para a educação infantil, como ênfase compensatória e como suprimento de carências que esse organismo atribui às famílias pobres brasileiras, residentes em comunidades que são convidadas a ser também responsáveis pela oferta de assistência e educação pré-escolar.

Vale ressaltar que essas práticas visam não apenas a educar, mas, em especial, a integrar e forjar a coesão comunitária e familiar, a romper com a violência contra a criança, a fomentar a escolarização precoce, como maneira de impactar economicamente a vida das famílias e dos bairros em que essa política ocorre, de sorte a criar uma cultura de educação para o futuro do país, baseada em noções disciplinares e de governo da vida como forma de conduzir condutas rumo à higiene, medicalização, psicologização e normalização dos modos de existir desses grupos, desqualificados pelo UNICEF e seus assessores.

Essa agência prescreve a educação infantil justamente como recomendação para interferir na vida das famílias e alterar os rumos de cuidado que nelas acontece, na medida em que o UNICEF desqualifica as formas de educar da família, ao chamá-las de carentes e privadas cultural e afetivamente, além de afirmar que, no campo da saúde e da alimentação, da higiene e de conhecimentos sobre desenvolvimento infantil, esses grupos seriam vulneráveis, colocando seus filhos na mesma condição, caso não sejam alvos das ações indicadas pelos assessores do UNICEF.

Almejamos questionar esses preconceitos, sem deixar de analisar a importância das pressões da agência multilateral no Brasil como maneira de garantir direitos de crianças, ou seja, tratamos de paradoxos de práticas de proteção e de controle, de tutela e de assistencialismos ainda presentes, na atualidade.

Referências

- AMMANN, S. B. *Ideologia do Desenvolvimento da Comunidade no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- CANDIOTTO, Cesar. *Foucault e a crítica da verdade*. Belo Horizonte; Curitiba: Autêntica; 2010.
- CASTEL, R. *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- DONZELOT, J. *A Polícia das Famílias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DORNELLES, L. V. *Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2004.
- FOUCAULT, M. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GADELHA, S. Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009 (Educação: Experiência e Sentido) p. 21-48.
- KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006, www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a09v2796.pdf, acessado em 13 de dezembro de 2012.
- KRAMER, S. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MACHADO, A. M. Avaliação e fracasso: a produção coletiva da queixa escolar. In: AQUINO, J. G. (Org.). *Erro e fracasso escolar na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997.

- MARSHALL, J. Governamentalidade e educação liberal. In: SILVA, T.T. da (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 21-34.
- MELLO, G. N. de. *Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- PETERS, M. Governamentalidade Neoliberal e Educação. In: SILVA, T.T. da (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ROSEMBERG, F. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, M. C. de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 141-162.
- ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p.25-63, março/2002, www.scielo.br/pdf/0d/cp/n115/a02n115.pdf, acessado em 13 de dezembro de 2012.
- ROSEMBERG, F. Crianças pobres e famílias em risco: as armadilhas de um discurso. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, São Paulo, IV (1), p. 28-33, 1994.
- UNICEF. Situação Mundial da Infância 2012 - Crianças em um Mundo Urbano. 2012, www.unicef.org/brazil/pt/PT-BR_SOWC_2012.pdf, acessado em 13 de dezembro de 2012.
- UNESCO. *Políticas para a primeira infância: notas sobre experiências internacionais*. Brasília: UNESCO, 2005.
- UNICEF. *Relatório da situação da infância e adolescência brasileiras: diversidade e equidade. Pela garantia dos direitos de cada criança e adolescente*. Brasília: UNICEF, 2003.
- UNICEF. *Situação da adolescência brasileira*. Brasília: UNICEF, 2002.
- UNICEF. *Relatório da situação da infância brasileira*. Brasília: UNICEF, 2001.
- UNICEF. *A infância brasileira nos anos 90*. Brasília: UNICEF, 1998.
- UNICEF. *Relatório Fazer Valer os Direitos das Crianças e dos Adolescentes*. Brasília: UNICEF, sem data.

Flavia Cristina Silveira Lemos

Psicóloga/UNESP, Mestre em Psicologia/UNESP, Doutora em História/UNESP, Professora Adjunta
II e Psicologia Social/UFPA.

E-mail: flaviacristinasilveiralemos@yahoo.com.br

Joyce Danielle Lima Fonseca
Pedagoga/UFPA. Mestranda em Educação (UFPA).
E-mail: danielle-fonseca@live.com

Nathália Frazão Costa Dourado
Jornalista (UFPA), Mestranda em Psicologia (UFPA).
E-mail: nathaliadourado@hotmail.com